

A institucionalização da Museologia no Brasil: a inversão periferia-centro na disputa pelo controle do campo científico

Ana Karina Calmon¹

The institutionalization of Museology in Brazil: the outskirts-city center inversion of the dispute for the scientific field control

Introdução

No Brasil, a institucionalização do campo da Museologia se deu através da criação dos Cursos de Graduação na área. O primeiro deles, o curso da Universidade Federal da Bahia/UFBA que nasceu em 1969 dentro da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH como projeto do professor Valentin Calderón e posteriormente o curso da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, criado em 1979, que teve como antecedente direto o Curso Técnico de Museus que funcionou no Museu Histórico Nacional/MHN de 1932 até 1978.

Entretanto, a representação do passado da área, apresentada em diversos trabalhos, traz, em sua maioria, uma linha cronológica que coloca a UFBA em segundo plano e sedimenta um discurso, pouco crítico, do que pretende ser a história oficial do campo. De modo geral, muitos trabalhos igualam ou confundem os conceitos das palavras museu e museologia, bem como consideram o Curso Técnico do Museu Histórico Nacional (1932) anacronicamente equivalente ao Curso de Graduação em Museologia da UNIRIO (1979) sem estabelecer crítica pautada em métodos de análise da história ou da sociologia, por exemplo, a essas questões.

Outro recurso utilizado é o uso da figura de retórica, no caso a metonímia, onde a palavra Museu, que é parte da Museologia, é utilizada como equivalente dessa última através de uma inversão permitida pela existência (ou convenção) de relação objetiva, de continuidade, de causa (Museu) efeito (Museologia), de matéria (Museu) e objeto (Museologia) e/ou continente (Museu) a conteúdo (Museologia). Assim, identificar o uso de figuras de linguagem na historiografia do campo tornou-se importante para compreender como se deu/dá a manutenção de um discurso hegemônico na criação, inclusive, de um **mito de origem**.

Na obra 'Antropologia Estrutural' Lévi-Strauss (1989) chama a atenção para a complexa relação do mito com o tempo e a linguagem onde o tempo mítico é um tempo em que se formam as estruturas/instituições/distinções presentes e as constantes repetições narrativas servem para a manutenção das oposições estruturais. Neste artigo, as oposições estruturais discutidas giram, principalmente, em torno da crítica da criação de um discurso pretencioso de hegemonia, de gênese, de primogenitura sem considerar outros percursos que narrem de outra maneira a

¹ Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Portugal e professora adjunta do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Sergipe - Campus de Laranjeiras. Desenvolve pesquisas em Museologia, especialmente metodologias para estruturação e gerenciamento da informação em banco de dados em museus, documentação em museus e história da Museologia no Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9408-222>
anakrocha@yahoo.com.br

constituição do campo. Se o mito se mantém vivo e sendo narrado e renarrado enquanto suas oposições e contradições principais são mantidas, formando o que Lévi-Strauss nomeia por estrutura permanente, é a permanência e validade dessas oposições na configuração do campo museológico no Brasil que serão discutidas. Afinal, permanência não é eternidade.

Além disso, o discurso hegemônico também invisibiliza os trabalhos nas ciências sociais realizados por museus em todo o país e a experiência da Pós-Graduação *latu sensu* em Museologia, por exemplo, existente na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo/Fesp, concebida e dirigida por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Esses polos dinamizadores, além dos museus e das universidades, constituíram Escolas de Pensamento, correntes museológicas que deixaram seus legados e contribuições a serem investigadas.

Diferentes profissionais atrelados a essas instituições problematizaram e desenvolveram, a partir dos estatutos epistemológicos específicos, práticas e concepções teóricas veiculadas ao trabalho técnico em museus, bem como à Museologia e tais perspectivas reverberam-se no campo até hoje. Inverter, subverter ou possibilitar olhar de outro ângulo é a proposição central desse artigo.

Dito isso, o objetivo é analisar sociologicamente a constituição do campo 'Museologia no Brasil' do final da década de 1960 até a década de 1980, a atuação dos seus agentes (indivíduos ou instituições) e, sobretudo, as lutas pelo capital cultural e pelo poder simbólico que auxiliará na construção crítica do que Pierre Bourdieu (2011) nomeia por realidade objetiva do campo, bem como suas representações acontecem. Como a palavra museologia tem sua origem semântica na palavra museu, essa análise de limites entre a instituição e a área também será problematizada.

Ainda nessa perspectiva, também é apresentado, a partir do conceito de colonialismo interno desenvolvido por Rodolfo Stavenhagen (1965/2014), como as ações do centro-sul do país na área objetivam invisibilizar as conquistas do campo pelos agentes do Norte/Nordeste visto que, a caracterização do Norte/Nordeste e o Sudeste, como regiões geográficas, constituídas em oposição hierárquica é replicada no discurso da implantação das graduações em Museologia.

Por fim, aborda-se a consolidação do campo científico no Brasil por meio de duas análises. A primeira versa acerca da inauguração da educação superior no Brasil com a implantação dos dois Cursos de Graduação – o primeiro na UFBA (1969) e o segundo na UNIRIO (1977) – e do Curso de Especialização da Fesp (1978) no Estado de São Paulo aqui presente para que não seja replicada a lógica da invisibilidade tão fortemente presente no campo brasileiro. E, a segunda análise, que trata da demarcação política e social do espaço social brasileiro que, pautado em critérios naturalizados consolidaram disputas regionais geradas nos dois polos de ação explorados: o Norte/Nordeste e o Sudeste.

Museologia: do conceito ao campo

No Brasil, antes da formação do campo científico da museologia, experimentamos a história dos museus. Essa história, forjada pelo discurso oficial registrado na historiografia da área, apresenta também outras possibilidades de análise que deslocam a suposta primazia do Sudeste brasileiro e que, assim, torna-se importante de ser problematizada. No emblemático texto acerca do nascimento dos museus brasileiros, Lilia Moritz Schwarcz (1989) registra três museus onde a produção científica brasileira era realizada: Museu Nacional (RJ), Museu Paulista (SP) e o Museu Emilio Goeldi (PA) deixando de fora, por exemplo, o Museu Paranaense nascido na mesma época que os demais².

² Podemos apontar como exemplos de apagamento/desconhecimento: o Museu Paranaense no contexto histórico e museológico brasileiro do século XIX apontado nas teses de Cintia Braga Carneiro (2013) e Ricardo Carvalho Rodrigues (2018); as pesquisas de Lévi-Strauss na célebre expedição ao Estado do Mato Grosso descrita por Sílvio Coelho dos Santos (1997); e a atuação da atual autarquia federal Fundação Joaquim Nabuco no Estado de Pernambuco nascida

Diferentes pesquisadores e pesquisadoras, contemporâneos ou não de Schwarcz acabam reproduzindo essa marcação desses três primeiros museus. Sergio Miceli (1989) é um deles, mas pesquisas em áreas que fazem fronteira com a museologia apontam que ampliando a margem de percepção há sempre novas instituições produzindo outros conhecimentos igualmente importantes.

A própria Lilia Moritz Schwarcz (2019), em seu trabalho mais recente acerca da questão racial no Brasil, redime-se dessa perspectiva colonizadora do centro-sul do país ao investigar e valorizar outras instituições e cientistas que foram importantes na consolidação da produção científica do país entre os anos de 1870 e 1930. Assim, os Institutos Históricos e Geográficos e as Faculdades de Medicina da Bahia e de Pernambuco são colocados como lugares de produção de conhecimento e passam a fazer parte do campo.

É importante destacar que os equívocos existentes na construção histórica acerca dos museus brasileiros só foram/são percebidos e apontados somente quando o olhar daquele que produz o conhecimento não se centra no Rio de Janeiro. Os museus, além de marcarem o início da produção científica no Brasil, não se limitaram ao eixo geográfico supostamente estabelecido e isso já era conhecido e reconhecido na Museologia. Vejamos as observações de Waldisa Rússio (1979):

As sociedades particulares de caráter científico e cultural assumem, então, importante papel. Limitando-nos ao aspecto museológico e, para citar alguns poucos casos, lembraremos que são desse período o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (1838), que mantinha, em anexo, um museu; em Belém do Pará, a Sociedade Filomática (1866) possuía um 'gabinete de História Natural e Etnografia', fundado por Domingos Soares Ferreira e reformulado, posteriormente, por Emílio Goeldi, que também ampliaria a exposição (hoje, Museu Paraense ou Museu Goeldi); da mesma forma nasce o **Museu Paranaense**, oficializado em 1883, mas surgido de entidade particular (1876) (Rússio, 1979, p. 88, grifo nosso).

Como podemos constatar, até mesmo o Museu Paranaense, negligenciado no recorte sociológico e historiográfico de Lilia Schwarcz (1989), é considerado por Waldisa Rússio na literatura museológica uma década antes. Dessa forma, é preciso atentar para o fato de que sendo o Brasil um país continental e com poucas pesquisas que possam assegurar informações assertivas sobre os trabalhos desenvolvidos nas diferentes regiões geográficas e suas instituições culturais, torna-se difícil estabelecer, em qualquer tempo, conclusões definitivas acerca da história dos museus.

A palavra museologia, por sua vez, é polissêmica. Ao longo de sua história foi confundida com a palavra/conceito museu pela origem semântica, bem como por manter-se associada à instituição. Entretanto, quando é realizada uma busca bibliográfica pelo termo museologia, qualquer que seja o autor/a autora, sabe-se que as pesquisas sobre essa temática versam especialmente sobre informações levantadas e discutidas pelo Conselho Internacional de Museus/ICOM.

Dessa forma, sob o domínio do ICOM a Museologia foi construída, desenvolvida, controlada e aprimorada. Assim, a tradição que chega ao Brasil no tratamento e uso dos termos consolida-se seguindo os critérios estabelecidos pelo ICOM, bem como pelos trabalhos desenvolvidos e disseminados por essa instituição. Dominique Poulot (2005/2013), em obra que traz no título os termos Museu e Museologia, compreende o museu como instituição mutante pois sofreu e sofre mudanças aceleradas e a Museologia (europeia) como gênero indefinido.

O autor concorda que o ICOM, ao longo das décadas de 1960/1970, assumiu o papel de iniciador das novas exigências de utilidade social dos museus. E que seus primeiros responsáveis,

como instituto no Estado de Pernambuco em 1949 (Pontes, 1989). Esses trabalhos comprovam que existiram outras agências/agentes que também desenvolviam competências.

Georges-Henri Rivière e Hugues de Varine³, revelaram-se importantes na definição filosófica deste comitê. A década de 1960 é, dessa forma, marcada por esse debate acerca da cientificidade ou não da Museologia e pela tentativa de demarcação do seu objeto de estudo.

Dessa forma, a identificação da “museologia a uma ciência – ainda em formação – foi progressivamente abandonada, na medida em que nem o seu objeto e nem os seus métodos respondem [responderam] verdadeiramente aos critérios epistemológicos de uma abordagem científica específica” (Desvallées & Mairesse, 2013, p. 62).

Assim que, em relação à questão da cientificidade ou não da Museologia, torna-se necessário elucidar que, para Bourdieu, “o limite de um campo é o limite dos seus efeitos” (Bourdieu, 2011, p. 31) e esses efeitos gerados a partir do debate em torno da cientificidade da museologia adentraram a década de 1970 porque era interessante para o ICOM que os diversos assuntos sobre museus e museologia fossem debatidos por sua comunidade internacional signatária ainda que não houvesse acordos quanto aos conceitos, bem como a cientificidade posta em discussão. O ICOM, portanto, como agente internacional do campo Museologia, assegura sua força e controle em torno das contestações surgidas, garantindo que o debate ocorra sob influência direta do Comitê Internacional de Museologia/ICOFOM, criado em 1977.

A perspectiva da ciência em formação e/ou da disciplina independente não foi perdida e, no Brasil, a professora Suely Ceravolo (2004), valendo-se da metodologia da investigação terminológica, objetivou compreender e problematizar a constituição da área no decorrer dos anos 80 do século XX. Ceravolo (2004) também credita ao ICOM a produção e acumulação do conhecimento particular e especializado desta museologia embrionária, trazendo nela, com isso, a marca do pensamento europeu.

É preciso destacar que, apressadamente e de maneira imposta, a disciplina científica que se encontrava em estágio embrionário ganhou *status* de ciência, encontrando também entre outras brasileiras, autoras que defendem/defendiam essa ideia. Dessa forma, o debate científico em torno da construção dos conceitos ocorria em diferentes países, com línguas e concepções distintas e com objetivos próprios. É difícil precisar as reais intenções que estavam em jogo, mas o *status* de ciência, embrionária ou já estabelecida, garantiu o ingresso dos trabalhos técnicos em museus nas universidades através da criação de disciplinas específicas e de cursos voltados para essa zona de interesse marcando a constituição do campo científico.

Portanto, a constituição do escopo da Museologia foi projeto executado pelo ICOM, através do ICOFOM. Independentemente das consequências diretas que isso poderia alcançar nas respostas que resolveriam se a Museologia era ou não ciência e qual seria enfim seu objeto de estudo, torna-se imprescindível mapear o estabelecimento do poder do ICOM em diversas instituições museais no mundo. O poder simbólico, “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 2011, pp. 7 – 8), autorizou o ICOM, por meio do ICOFOM, à “construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*” (Bourdieu, 2011, p. 9, grifo do autor), ou seja, um sentido imediato para a questão debatida.

A constituição do campo científico no Brasil e a implantação das Universidades: a UFBA, a UNIRIO e a Fesp

No Brasil, em 1946, quando da criação do ICOM, o Rio de Janeiro já possuía o Curso Técnico de Museus sediado no Museu Histórico Nacional/MHN (1932) e a Bahia instituía sua primeira Universidade Federal, a Universidade Federal da Bahia/UFBA.

O curso técnico do MHN passou por distintas reformas – desde 1932, ano de sua implantação, até 1978 quando foi lotado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – que objetivaram acompanhar o desenvolvimento da Educação Superior no Brasil, e enfrentou

³ Hugues de Varine-Bohan sucedeu a Georges-Henri Rivière ocupando o cargo de diretor do ICOM até 1975.

muitas dificuldades para constituir o bacharelado enquanto esteve atrelado ao Museu. Entretanto, manteve atribuída à sua gênese, a primogenitura do pensamento técnico museal do país e esse sentimento de autoridade histórica foi ‘herdado’ e assimilado pelo Bacharelado em Museologia da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO, quando o curso técnico migra, deixando de ser técnico para ser bacharelado, mantendo-se até a presente data nesta instituição de ensino público oficial.

Há, portanto, uma ênfase repetitiva na gênese, na primogenitura assim, é preciso apontar as encruzilhadas históricas para a discussão proposta aqui. Uma delas é o ensino das técnicas de museu no Brasil que está atrelada, até onde conhecemos da história da área, à ação de Gustavo Barroso na direção do Museu Histórico Nacional e gestão do Curso Técnico de Museus desta instituição. Outra encruzilhada é a construção do campo Museologia no Brasil, através da institucionalização dos planos de ensino e pesquisa propostos pelo ICOFOM/ICOM, em Universidades e Instituições. Nesse sentido, no Brasil, o primeiro curso de museologia nasceu no Nordeste, na Universidade Federal da Bahia/UFBA, sendo lotado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH.

No processo de consolidação do campo Museologia no Brasil, ainda tivemos a criação do curso de especialização em museologia da Fundação Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1977, e a segunda graduação na UNIRIO, em 1978, recebendo o curso técnico de museus do MHN para adaptá-lo às exigências educacionais de uma instituição de ensino superior federal como é a Universidade, ambos no Sudeste brasileiro.

Esse campo, constituído da luta pelo monopólio da competência científica, funciona produzindo uma forma específica de interesse, visto que “todas as práticas estão orientadas para aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade, etc.)” (Bourdieu, 1983, p. 124). Ao institucionalizar o campo por intermédio das ações do ICOFOM, ainda que não houvesse consenso epistêmico entre os pesquisadores, o ICOM agiu no sentido de induzir esse consenso na nascente Museologia por meio de planos de estudo presentes em universidades de diferentes países, criando a autoridade científica de fala e de lugar discutida por Bourdieu (2011).

Dito dessa forma, pode-se ter a falsa impressão de que as três Escolas de pensamento museológico brasileiro guardaram as tradições do Brasil. Entretanto, para que esse artigo adquira sua problematização na discussão acerca da suposta hegemonia, faz-se necessário complexificar a atuação e relações desses órgãos e agentes do campo especialmente porque na lida com o patrimônio, ou, como destacaram Ana Lúcia de Abreu Gomes e Maria Margareth Lopes (2018), do que se convencionou chamar de patrimônio, existiram outras agências/agentes.

Segundo as autoras, quando se conhece as relações de diferentes ordens e naturezas entre os agentes do campo, compreende-se melhor a construção de determinadas narrativas que validam fortemente as obras realizadas pelo homem/mulher-monumento (Gomes & Lopes, 2018). Isso aplica-se bem nos discursos históricos registrados sobre as três Escolas visto que, de modo geral e quase que inevitável, é necessário apresentar os três agentes que atuaram na consolidação desse campo científico, ou seja, Valentin Calderón, Waldisa Rússio e Gustavo Barroso.

Entretanto, para além destes, e não menos importantes, outros órgãos, museus e instituições diversas atuaram na construção do campo Museologia no Brasil e eles devem ser colocados em perspectiva. Contudo, respeitando o recorte proposto que problematiza o campo a partir da institucionalização do ensino superior, será discutido agora, especificamente, os dois polos de ação: no Nordeste o Estado da Bahia e a UFBA e, no Sudeste, no Estado de São Paulo a Fesp e no Rio de Janeiro a UNIRIO.

A construção de Universidades no Brasil passou anos de atraso se compararmos com o restante da América Latina e somente na década de 1920 as primeiras universidades foram criadas e “quase todas [foram] instaladas no Sudeste do país” (Teixeira, 2010, p. 84). Assim, até 1930 o Brasil tinha aproximadamente oito universidades e esse quadro foi alterado com a instalação do longo período dos governos de Getúlio Vargas (1930 – 1945) que criou o Ministério da Educação e organizou o ensino fundamental e superior em todo país.

O Brasil constituía, assim, seu campo científico. Estudá-lo em sua formação faz-se necessário porque “compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo da linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram” (Bourdieu, 2011, p. 69) não significa reduzi-lo ou destruí-lo e sim, jogá-lo com domínio das regras.

Pautados em propósitos de modernização para o Brasil, os parâmetros para a constituição das Universidades brasileiras foram estabelecidos conforme a conveniência política de cada estado da federação e, dessa forma, não contemplou o país como um todo e nem garantiu a instalação de Universidades em todo território nacional. A implantação da estrutura que possibilitaria a realização da pesquisa científica no Brasil ficou restrita a algumas regiões (Sul e Sudeste) e as Universidades nasceram onde ocorriam os maiores investimentos na industrialização.

Assim, a Universidade brasileira que deveria ser uma só, ou seja, uma unidade regida pelo Estatuto, para Maria Inês Corrêa Marques (2010), guardou lugar para a diferença e para as características regionais possibilitando, assim, que esses espaços de produção da ciência se apresentassem socialmente e culturalmente conforme a região em que estivessem inseridos.

Nesse contexto, é criada a Universidade Federal da Bahia/UFBA, em 1946, tendo como reitor Edgard Rego Santos que permaneceu no cargo por quinze anos até a sua morte. A identidade que Edgard Santos conseguiu dar à UFBA foi construída porque ele valeu-se da cultura como liga entre a Universidade e a sociedade na mesma intensidade que contou com apoio político estratégico de agentes em todas as instâncias políticas (Serpa, 1998).

A UFBA, criada com o propósito pedagógico interdisciplinar consolidou-se como uma universidade que investia na formação plural do sujeito mantendo sempre aproximação com a sociedade baiana e essa conduta também é percebida na criação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH, sede do Curso de Museologia. Dessa forma, o curso de museologia nasceu, portanto, como uma formação integrada e humanista e a partir de um projeto visionário de Valentin Calderón⁴.

Acerca do saber produzido, é possível aferir que epistemologicamente o projeto pedagógico do Curso da UFBA, desde 1989, com a segunda reforma curricular já estava pautado em critérios nada hegemônicos. Segundo a professora Maria Célia Teixeira Moura Santos “no Curso de Museologia da UFBA, evitou-se a estruturação de um currículo elaborado em função do colecionismo, onde a ênfase maior é dada aos objetos, sobretudo àqueles produzidos por determinados segmentos da sociedade (Santos, 1993, p. 17). Dessa forma, um dos objetivos das novas propostas presentes na reforma curricular era “dotar o Curso de Museologia de um elenco de disciplinas mais adequadas às necessidades do mercado de trabalho local e aos objetivos da **Nova Museologia**” (Universidade Federal da Bahia [UFBA], 1988, grifo nosso) o que reforça o caráter humanístico da formação do Curso.

Diferentemente do que aconteceu no Estado da Bahia onde o envolvimento da sociedade marcou a implantação da UFBA, no Estado do Rio de Janeiro a fundação da Universidade não ocorreu com a participação social e eles também não contaram com um elemento que aglutinasse os interesses das Faculdades em um propósito comum (Nagle, 1974). Assim, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/UNIRIO teve sua história marcada pelo Decreto-Lei nº 773 de 20 de agosto de 1969 – mesmo ano de criação do Curso de Museologia da UFBA – que fundou a Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara/Fefieg.

Atualmente a UNIRIO é uma Fundação de direito público e integrante do Sistema Federal de Ensino Superior que herdou, do Museu Histórico Nacional/MHN o Curso de Técnicas de

⁴ Espanhol naturalizado brasileiro, Valentin Rafael Simon Joaquim Calderón De La Vara viveu na Bahia até sua morte na década de 1980. Seu acervo profissional de atuação na Universidade Federal da Bahia encontra-se disponível no arquivo institucional da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/FFCH.

Museu (1932) implantado por Gustavo Barroso⁵ incorporando, ao seu legado, o tempo histórico de criação do referido curso, bem como a confusão entre Museu e Museologia como argumento de primazia na área.

É significativo perceber como a construção do discurso histórico transforma, a partir de diferentes autores e alguns trabalhos referenciados na área, o Curso Técnico de Museus num Curso Universitário de Museologia. Todavia, destaco que a abrangência de ensino técnico deve ser distinguida do ensino de nível superior.

De certo a graduação herdou do curso do MHN seu traço histórico e suas técnicas no tratamento museal, entre outros aspectos, objetivando manter o capital cultural histórico às vezes sem a crítica necessária que o tempo exige. Vimos que desde os primeiros textos publicados até as dissertações e teses defendidas⁶ hoje, a imprecisão permanece, assim como em diversas publicações.

Dessa forma, é possível assinalar que o poder simbólico atribuído nos diferentes textos e publicações referentes ao Curso de Técnica de Museus é o poder gnoseológico discutido em Bourdieu (2011) e que objetiva construir a realidade a partir da (sua) teoria do conhecimento, onde o discurso de primazia, de especialidade acadêmica e de demais atributos são perpetuados no campo museológico brasileiro numa determinada ideia ou discurso de origem. Destaco que a *doxa* presente na sua formação e constituição enquanto órgão representativo de um aspecto social marcou sua atuação, especialmente na formação dos futuros conservadores de museu e, esse aspecto, aceito como herança pela Escola de Museologia da UNIRIO é apenas a *illusio* passada de década em década.

Dessa forma, apenas em 1979 quando o Curso é transferido para a Fefierj, integrando-se à estrutura universitária, que, segundo Sá, “a formação em Museologia não [será] somente mais prática, mas, sobretudo, mais científica” (Sá, 2007, p. 38). O Curso da Bahia, diferentemente, já nasce em 1969, com um projeto interdisciplinar embasado em estudos científicos dentro das áreas das humanidades e artes. Ainda no sudeste brasileiro, outro curso de especialização em Museologia é criado e sua formação também possui acepções teóricas da Nova Museologia o que sugere que o Estado de São Paulo está alinhado ao Estado da Bahia.

Sergio Miceli (1989), analisando a produção intelectual nacional brasileira, assinala que entre 1930 e 1964 “o desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais no Brasil esteve estreitamente vinculado aos avanços da organização universitária pública e à disponibilidade de recursos governamentais para a criação de centros independentes de reflexão e investigação” (Miceli, 1989, p. 12), o que corrobora com as propostas ocorridas na Bahia e no Rio de Janeiro.

Como resultado desse cenário econômico, São Paulo vivenciou a “cristalização de um amplo setor terciário intelectual, nucleado em torno da organização universitária e tendo como principal frente de operações a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/FFCL” (Miceli, 1989, p. 14) da USP e a Escola Livre de Sociologia e Política/ELSP, fundada em 1933.

⁵ “Gustavo Barroso formou-se em Direito, no entanto não foi no campo jurídico que se destacou. Atuando como jornalista, romancista, conservador de museus, político e professor, Barroso desenvolveu – em livros e artigos – diversificados temas referentes ao Brasil e ao exterior. O estudo sobre suas atividades e variada produção intelectual possibilita o conhecimento do perfil de um intelectual generalista que, ao longo de sua trajetória, buscou sempre caminhos para entender e resolver os problemas de seu tempo, principalmente os referentes à constituição da nação brasileira” (Magalhães, 2003, pp. 117 – 118).

⁶ A critério de exemplificação recente existe as teses de Luciana Ferreira Costa (2017) e Inês Gouveia (2018), bem como a dissertação de Graciele Karine Siqueira (2009). Mais recentemente, no artigo do Catálogo do Museu Histórico Nacional Vera Lúcia Bottrel Tostes (2013) também confunde, iguala e oculta a transição do Curso de Técnica de Museus para o Curso de Graduação em Museologia.

Refletindo acerca do desenvolvimento das pesquisas sociais em museus pode-se aproximar a produção teórica de Waldisa Rússio e sua discussão acadêmica sobre Museologia e Museus com o primeiro curso de pós-graduação em Museologia do país, criado por ela no Estado de São Paulo, em 1978, na Escola de Sociologia e Política/ESP. Ao examinar a produção de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri podemos identificar a influência direta que o conhecimento produzido pela ELSP teve na sua prática acadêmica: a ênfase nas atividades práticas (empirismo) que objetivavam a gestão eficiente do Estado ou para o Estado; e a preocupação no aprimoramento da formação técnica com competência administrativa.

Essas características serão identificadas na implantação do Curso de Especialização em Museologia da ELSP em 1978, bem como na inauguração do Instituto de Museologia que surgiria em 1985. Convencida do formato pedagógico interdisciplinar, semelhante ao que ocorreu na Bahia, Waldisa Rússio abre, em São Paulo, o curso de especialização.

Na construção de seus específicos pressupostos epistemológicos, cada Escola de Museologia do Brasil optou pelos elementos e argumentos que lhe forem mais familiares, mais fáceis e menos incômodos e confusos. Dessa forma, cada agente institucional do campo Museologia no Brasil assumirá a sua *doxa*, “que pode eventualmente assumir a forma sistemática de um discurso ideológico – a ‘opinião’, expressão e reflexo ‘democráticos’ do povo” (Pinto, 2017, p. 159), nesse caso, a *doxa* dos docentes e discentes de cada universidade.

Em São Paulo, Waldisa Rússio trabalhou na construção da Museologia do fato museal e essa será a sua *doxa*, aceita não só pelos seus alunos, mas expandida para outras regiões. Para Rússio, a Museologia, que inserida no escopo das Ciências Humanas e Sociais, objetivou “a cada momento convalidar o seu estatuto científico” encontrou abrigo no Instituto de Museologia de São Paulo/Fesp onde foi considerada “como ‘ciência nova e em formação, [cujo objeto] é o fato museal ou museológico” (Guarnieri, 1989, pp. 245 e 250).

Essa foi uma das contribuições da Escola de São Paulo para a Museologia nacional e internacional, localizadas especialmente nos textos publicados nas revistas do ICOM e da UNESCO. As reflexões sociais expostas até aqui agora serão mais fortemente debatidas considerando as diferenças entre as realidades regionais brasileiras.

As Regiões Nordeste e Sudeste

Segundo Fabio Betioli Contel (2014) o Brasil viveu três configurações territoriais até chegarmos na conformação atual que divide a nação em 26 estados federados e 1 Distrito Federal. Dessa forma, os estados brasileiros estão agrupados em cinco regiões: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.

Cada área das Ciências Sociais e Humanidades desenvolveu e desenvolve uma noção de região e, dentro dessa noção, se constrói outras noções de etnia, raça, e identidade, por exemplo, que produzem efeitos sociais práticos. A procura por critérios objetivos de identidade regional ou étnica resulta no estabelecimento de “estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores” (Bourdieu, 2011, p. 112).

Por isso, para Bourdieu, região “é o que está em jogo como objeto de lutas entre cientistas” (Bourdieu, 2011, p. 108), é o resultado da intervenção do Estado, do movimento de capitais e das decisões de grupos. As regiões delimitadas em função dos critérios como língua, *habitat*, cultura etc. nunca coincidem perfeitamente porque essas classificações arbitrárias e ditas naturais apoiam-se “em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima” (Bourdieu, 2011, p. 115).

Portanto, o Sudeste, representado pelos Estados do Rio de Janeiro (centro político) e São Paulo (centro econômico) situam-se geograficamente no jogo político numa posição de confronto com a região Nordeste (tido como polo de miséria e degradação econômica e política) com os nove Estados que o compõe, numa relação de mal conhecimento e de reconhecimento

que cria, a partir das pesquisas sociais dos geógrafos, economistas, historiadores, sociólogos etc. uma identidade, um produto.

Com grandes períodos sem chover e com clima predominantemente semiárido, a privatização das reservas de água tornava grande parte do solo nordestino improdutivo. A concentração de terras e águas submersos no discurso da improdutividade e da seca, associada à falta de interesse político em equacionar o problema ocasionou a fome, a miséria e esses fatores passaram a ser o principal recorte visual de construção do discurso do que é essa região, como se não houvesse quase nada além da seca e de todos os problemas oriundos disso.

Assim, coube ao Nordeste as características sociais ligadas à degeneração de um povo e destaque que as raças indígena e negra foram utilizadas como fatores discursivos determinantes para explicar o atraso da sociedade e da cultura brasileira.

Além de região, outro conceito importante para pensar as relações geográficas é o de colonialismo interno, presente nos trabalhos de Rodolfo Stavenhagen (1963 e 1965), mas também desenvolvido por Pablo González Casanova (1963). Em um artigo em que retoma a história do conceito, Casanova (2007) chama a atenção que o colonialismo interno mostra que o processo de unificação de um Estado-nação é também um processo em que uma região domina, explora, oprime e coloniza outras que compartilhem o território sobre o qual o Estado tem jurisdição, como se retomasse internamente a afirmação de que um país só enriquece explorando outro.

A ideia de que na América Latina o subdesenvolvimento devém do desenvolvimento, pela exaustão de terras, águas e gentes decorrente de políticas extrativas é central também para Stavenhagen, contudo, esse o autor chama atenção que esses processos não podem ser compreendidos sem que se considerem relações calcadas em preconceitos interétnicos e interracialis pois não há desenvolvimento da nação neutro, porque o nacionalismo não o é, e chama atenção que o desenvolvimento só pode ser compreendido se estiver atrelado ao aumento do bem-estar social geral das pessoas que compartilhem o território em unificação. É justamente nesse processo de unificação para a criação de Estados Nação que Stavenhagen vê a importância de compreender a funcionalidade histórica perversa de preconceitos étnicos e raciais.

Quando Salvador, que foi capital do Brasil Colônia de 1549 até 1763, deixou de ser o polo político do país, o Nordeste viveu o afastamento do centro de decisões administrativas e assistiu o deslocamento dessas forças para o Sudeste. A historiografia da região é marcada, conseqüentemente, por essa produção da ideia do Brasil dualista denunciada por Stavenhagen onde um polo é desenvolvido e outro não.

Essas interpretações dualistas do Brasil, segundo Custódia Selma Sena (2013), permeia a imaginação social brasileira desde a época da colônia até hoje. Contudo, para Sena (2013), no processo de construção do Brasil e, dessa forma, da nação brasileira, “algumas espacialidades se definiram como lócus da nação, como coincidentes com o nacional” (Sena, 2013, p. 43). Foi assim que o Estado do Rio de Janeiro se constituiu como capital política do país, e, o Estado de São Paulo, como representação da industrialização e modernidade brasileira. Dessa forma, “o termo região passou a designar os espaços geoeconômicos decadentes ou marginais, gerando diferentes visões da ideologia da nacionalidade e das identidades regionais” (Sena, 2013, p. 43).

Assim, o pensamento racial/social/racista europeu foi reproduzido no Brasil de forma acrítica e, reconfigurado como colonialismo interno, tornou-se ferramenta útil para dividir, segregar e selecionar, através de um discurso de autoridade, àqueles que se percebiam merecer ser o centro (Região Sudeste) e detinham autoridade política/econômica para tal, das demais regiões (Norte e Nordeste), então compreendidas como periféricas. Vicejou, dessa maneira, na historiografia brasileira, a utilização de instrumentos autoritários e conservadores na definição da identidade nacional, respaldando as hierarquias sociais já cristalizadas.

Amparada por esses debates, a escrita da história do campo Museologia no Brasil deve ser problematizada, reconhecendo, por meio da institucionalização do campo, bem como dos seus agentes, que essa reescrita é um compromisso social, visto que evidencia outros espaços

de construção de saberes, outros agentes que não os ditos hegemônicos e demais instituições museais brasileiras não menos importantes para a consolidação da área.

Considerações Finais

Com um olhar museológico cruzado com as problematizações sociológicas, torna-se possível estabelecer críticas mais densas que aquelas repetidamente encontradas em grande parte das referências bibliográficas da área e, assim, compreender a necessidade constante de questionar o discurso hegemônico tão fortemente presente nos registros da área tanto no que se refere ao Museu como à Museologia.

Em território brasileiro, a constituição do campo museal também foi investigada em diversos estudos na área das ciências sociais e, através dos dados levantados e hoje conhecidos, é possível aferir que ocorreu a partir da formação das primeiras coleções e instauração dos primeiros museus (Miceli, 1989). Esses museus, como laboratórios, desenvolviam parte das pesquisas científicas no Brasil e localizavam-se, dado a dimensão continental do território brasileiro, nas diversas regiões geográficas. De Norte a Sul, pesquisas nas mais diversas áreas aconteceram e conjuntos de peças formaram-se. Entre os agrupamentos compostos, alguns foram mais explorados e outros ainda carecem de mais pesquisa, mas esse lugar da incerteza, da dúvida e ou da crítica não foi/é contemplado pelo discurso historiográfico oficial (Schwarcz, 1993) marcando diferenças de importância regional entre as instituições brasileiras.

Essa distinção, notada pela presença ou ausência de investimento do Estado, consolidou no Brasil a geografia do preconceito fazendo com que algumas regiões (Norte e Nordeste) adquirissem identidades estigmatizadas especialmente pela categoria política de raça.

Sobre a crítica ao pensamento social brasileiro, Selma Sena (2013/2011), entre outras, que através dos estudos em suas áreas de conhecimento, geografia e ciências sociais, respectivamente, desmistificam a percepção dicotômica do Brasil fortemente presente na imaginação social brasileira e que, dessa forma, forjava uma imagem equivocadamente dual do Estado-nação. Colocadas lado a lado as relações sociais coloniais – latifúndio, escravidão e mandonismo – e as ideias liberais burguesas que as negam – leis, liberdades civis, separação entre o público e o privado etc. –, fica instituída a dualidade que nos caracteriza, não como idiossincrasia local, mas como uma exigência dos avanços do capital (Sena, 2013, p. 26) na capital.

A capital, seja ela qual for, e em qualquer nação, é aquela que detêm o capital. As demais regiões, serão àquelas em que os critérios de negação, de abandono e de repulsa formularão os estereótipos perversos. No Brasil, essa região é o Norte/Nordeste e, na historiografia da restrição concedida a esse espaço social, a negação do direito à fala é o mais recorrente no campo museológico.

Esse domínio simbólico, que para Bourdieu (1998) inscreve-se no estado prático de pequenas ações, de pequenos gestos e nos discursos repetitivos insensivelmente inculcados são, desse jeito, validados até mesmo pelos agentes que os sofrem. Dessa forma, nota-se que entre os discursos museais encontrados objetivando a manutenção do domínio da autoridade da fala, o mais enfaticamente reproduzido é o que estabelece ligação direta com o mito de origem do campo museológico brasileiro. Sendo assim, esclarecer a diferença entre Curso Técnico de Museu e Curso de Museologia é imprescindível para desvelar o campo museal e museológico brasileiro.

Também por meio da revisão da literatura acerca da construção do campo Museologia no Brasil foi inevitável perceber que diferentes profissionais, cientistas e pesquisadores incorrem no erro de igualar ‘naturalmente’ e com a precocidade de Pierre Bourdieu (2015) a competência técnica à habilitação universitária. Era a *doxa* da área sendo nutrida pelo *habitus* de reprodução com pouca criticidade e sem a coragem de quem, por um ímpeto científico, ousa⁷.

⁷ Gabrielle Taunus (2013) até marca que o Curso da UFBA é o primeiro a ser criado no âmbito universitário, mas nem mesmo a existência dessa percepção de que algo se esconde sob a narrativa é, às vezes, suficiente para que uma autora seja capaz de desenvolver essa afirmação de forma a questionar o discurso hegemônico. Considerando apenas

Ainda que alguns pesquisadores considerassem a existência de “uma nova fase no ensino da Museologia, que pode ser intitulada como fase acadêmico-institucional” (Taunus, 2013, p. 78), a tendência em igualar conhecimento técnico com conhecimento teórico e de estabelecer esse solapamento com pouca reflexão crítica acerca da prática no acervo (Curso de Museus) e as problematizações teóricas (Curso de Museologia), permaneceu. Foram essas (re)produções escritas de *habitus* linguísticos orquestrados e expostos, conforme Bourdieu (1998), que foi aqui identificada e problematizada. Essas sugestões inscritas em seus aspectos aparentemente mais insignificantes das coisas, perpetuam um modo de dominação simbólico não reflexivo.

Institucionalizado através do ensino regular em Universidades, o campo Museologia brasileira marcou a negação à Universidade Federal da Bahia – por meio do efeito do colonialismo interno praticado pela UNIRIO – o saber produzido através da implantação da primeira graduação. Agiu dessa mesma forma sobre a Fesp quando se valendo da *doxa*, que objetivou centralizar o conhecimento legítimo sobre o campo no Rio de Janeiro, também desconsiderou a produção de conhecimento científico de São Paulo.

Assim, documenta-se a violência presente em todo discurso ideológico para ter elementos que possam senão desacreditar, ao menos abreviar essa realidade objetiva. Entender as relações de força do campo, bem como conhecer as suas regras foi fundamental para perceber como as relações aconteceram. Reconhecer a enunciação do Nordeste em qualquer conquista concederia aos nordestinos a autoridade para autorizar e para falar, por isso mesmo, eles foram/são silenciados e suas representações não devem ser evocadas.

Na luta pela autoridade linguística da escrita historiográfica, que é também uma luta constante entre conhecimento e reconhecimento, há de se considerar, além da história oficial, tradicional e sempre incompleta, outras escritas e outros agentes. Dessa forma, provoca-se a mudança de percepção e representação do passado do campo brasileiro. Espera-se, assim, através desta reflexão, ter provocado a desmitificação da realidade objetiva e mitificada do campo museológico brasileiro.

Bibliografia

- BOURDIEU, P. (1983). *Pierre Bourdieu: sociologia* (P. Montero & A. Auzmendi, trads.). São Paulo, SP: Ática.
- BOURDIEU, P. (1998). *O que falar quer dizer*. Algés: Difel Difusão Editorial.
- BOURDIEU, P. (2011). *O poder simbólico* (15a ed., F. Tomaz, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- BOURDIEU, P. (2015). *A economia das trocas simbólicas* (8a ed., Coleção Estudos). São Paulo, SP: Perspectiva.
- CARNEIRO, C. B. (2013). *O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná*. Curitiba: SAMP.
- CASANOVA, P. G. (1963). *Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo*. Colóquio sobre relações entre África e América Latina. UNESCO.
- CASANOVA, P. G. (2007). Colonialismo interno (uma redefinição). In *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*.

o termo Escola como elemento de distinção, Taunus (2013) reproduz o discurso do mito de origem: “Assim, após essa transferência, o Curso de Museus teve sua denominação modificada para curso de Museologia, o qual passa, em 1991, a vincular-se a *única* escola de Museologia do país, a Escola de Museologia da UNIRIO” (Taunus, 2013, p. 79, grifo nosso).

- CERAVOLO, S. M. (2004). *Da palavra ao termo: um caminho para compreender museologia* (Tese de doutorado). Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- CONTEL, F. B. (2014). *As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990)* (Terra Brasilis, Nova Série).
- COSTA, L. F. (2017) *Museologia no Brasil, século XXI: atores, instituições, produção científica e estratégias* (Tese de doutorado). Universidade de Évora, Portugal.^[1]
- Decreto nº 773 de 29 de agosto de 1969. (1969, 20 de agosto). Provê sobre a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG) e dá outras providências. *Diário Oficial*.
- DESVALLÉES, A., & MAIRESSE, F. (Eds.). (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo, SP: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- GOMES, A. L. A., & Lopes, M. M. (2018). Agentes e agências na proteção do patrimônio antes do Patrimônio: Heloisa Alberto Torres e o Museu Nacional (vol. 50, p. 85-99). *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro.
- GOUVEIA, I. (2018). *Waldisa Rússio e a política no campo museológico* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO, Rio de Janeiro.
- GUARNIERI, W. R. C. (1989). Museu, Museologia, museólogos e formação. In M. C. O. Bruno (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional* (vol. 1). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- LARA, M. L. G. (2002). *Elementos de terminologia* (Apostila para uso didático na Disciplina Linguística e Documentação). São Paulo, SP: CBDECA-USP.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1989). *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.
- MAGALHÃES, A. M. (2003). Apresentação. *Anais do Museu Histórico Nacional*, 35, 177-178.
- MARQUES, M. I. C. (2010). *UFBA na memória: 1946-2006*. Salvador, BA: EDUFBA.
- MICELI, S. (1989). Por uma Sociologia das Ciências Sociais. In S. Miceli (Org.), *História das Ciências Sociais no Brasil* (vol. 1). São Paulo, SP: Vértice.
- NAGLE, J. (1974). *Educação e sociedade na primeira República*. São Paulo, SP: EPU.
- PINTO, L. (2017). Doxa. In A. M. Catani et al. (Orgs.), *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- PONTES, H. (1989). Retratos do Brasil: editores, editoras e “coleções brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In S. Miceli (Org.), *História das Ciências Sociais no Brasil I*. São Paulo, SP: Vértice.
- POULOT, D. (2013). *Museu e museologia* (G. J. F. Teixeira, trad.). Belo Horizonte, MG: Autêntica. (original em 2005).
- RODRIGUES, R. C. (2018). *Museu Paranaense: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade*. (Tese de Doutorado). Curso de Doutorado em Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal.
- RÚSSIO, W. (1979). Existe um passado museológico brasileiro? In M. C. O. Bruno (Coord.), *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. (vol. 1). São Paulo, SP: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.

- SÁ, I. C. (2007). História e memória do curso de museologia: do MHN à UNIRIO. *Anais do Museu Histórico Nacional*, 39, 10 - 42.
- SANTOS, M. C. T. M. (1993). *Repensando a ação cultural e educativa dos museus* (2a ed.). Salvador, BA: Centro Editorial e Didático da UFBA.
- SANTOS, S. C. (1997). Notas sobre a construção da antropologia no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, 3(7), 62 – 69.
- SCHWARCZ, L. M. (1989). O nascimento dos museus brasileiros (1870 – 1910). In S. Miceli (Org.), *História das Ciências Sociais no Brasil I*. São Paulo, SP: Vértice.
- SCHWARCZ, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 - 1930*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- SENA, C. S. (2013). *Interpretações Dualistas do Brasil*. Goiânia, GO: Editora UFG.
- SERPA, L. F. P. (1998). *A utopia de Edgard Santos revista e atualizada*. Salvador, BA: EDUFBA.
- SIQUEIRA, G. K. (2009). *Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico profissional* (Dissertação de Mestrado). Centro de Ciências Humanas e Sociais, UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil.
- STAVENHAGEN, R. (1968). *Clases, colonialismo y aculturación: ensayo sobre un sistema de relaciones interétnicas en Mesoamérica*. Guatemala: Ministerio de Educación. (J. P. Ibarra, ed.). Guatemala: Ministerio de Educación.
- STAVENHAGEN, R. (2014). Sete teses equivocadas sobre América Latina (Roberto Lima, trad.). *Sociedade e Cultura*, 17(1). (original em 1965).
- TAUNUS, G. F. S. C. (2013). A trajetória do ensino da Museologia no país. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, 2(3), 76.
- TEIXEIRA, R. S. (2010). O Caminho. In L. M. B. B. Toutain, & R. R. G. Silva (Orgs.), *UFBA: do século XIX ao século XXI* (pp. 59 – 92). Salvador, BA: EDUFBA.
- TOSTES, V. L. B. (2013). *Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Olhares.
- Universidade Federal da Bahia [UFBA], Colegiado do Curso de Museologia (1988). *Relatório de atividades: ano de 1987*. Salvador, BA: UFBA. Documento arquivístico.